

**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 01 DE FEVEREIRO DE 1995.**

PRESIDENTE: EXMO. SR. MINISTRO WILLIAM PATTERSON
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA: EXMO. SR. DR. PAULO ANDRÉ FERNANDO
SOLLBERGER
SECRETÁRIA: BELA ROSÂNGELA SILVA

Às 14 horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros JOSÉ DANTAS, BUENO DE SOUZA, AMÉRICO LUZ, ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, JESUS COSTA LIMA, COSTA LEITE, NILSON NAVES, EDUARDO RIBEIRO, ASSIS TOLEDO, GARCIA VIEIRA, FONTES DE ALENCAR, HÉLIO MOSIMANN E PEÇANHA MARTINS foi aberta a sessão. Ausentes, justificadamente, os Exmos. Srs. Ministros ANTÔNIO TORREÃO BRAZ, PEDRO ACIOLI, CID FLAQUER SCARTEZZINI, JOSÉ DE JESUS FILHO, EDSON VIDIGAL, WALDEMAR ZVEITER E DEMÓCRITO REINALDO. Os Exmos. Srs. Ministros CLÁUDIO SANTOS e SÁLVIO FIGUEIREDO compareceram a sessão para compor "quorum" regimental. Lida e não impugnada foi aprovada a ata da sessão anterior.

PALAVRAS

O EXMO. SR. MINISTRO WILLIAM PATTERSON (PRESIDENTE): Srs. Ministro, com esta sessão estamos dando início aos nossos trabalhos do ano judiciário de 1995. Ao ensejo, cumprimento a todos, especialmente os colegas, o Sr. Subprocurador-Geral da república e o funcionalismo da Casa, desejamos pleno êxito no exercício de suas atribuições. Por força do art. 21, XXX, do Regimento Interno, a Presidência está obrigada a apresentar relatório circunstanciado na primeira sessão de cada ano judiciário. Em consequência, dando cumprimento à referida norma regimental, passo a leitura do respectivo documento:

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

- EXERCÍCIO DE 1994 -

(RESUMO PARA LEITURA EM SESSÃO DA CORTE ESPECIAL DE 1º.02.1995)

1-INTRODUÇÃO

Senhores Ministros, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, mediante a realização desta Sessão, retoma suas atividades jurisdicionais, dando início ao ano judiciário de 1995. Nesta oportunidade, sinto-me gratificado ao apresentar, nos termos do art. 21, inciso XXX do Regimento Interno, resumo dos trabalhos desenvolvidos no exercício anterior, que constitui substrato de detalhado relatório a ser oportunamente distribuído.

2 - ATIVIDADES JUDICANTES

Os boletins estatísticos correspondentes às atividades de prestação jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça, durante o sexto ano de sua instalação, continuam evidenciando o considerável crescimento dos feitos em tramitação. Os processos autuados e distribuídos atingiram o elevado número de 38.670. Em contrapartida, tais dados realçam a laboriosa atuação desta Corte, o que se depreende das 431 sessões realizadas por seus órgãos julgadores - Corte Especial, Seções e Turmas. Vieram para julgamento em mesa 24.304 processos e outros 18.728 foram decididos por despacho, totalizando 43.032 feitos. A média de processos julgados foi de 1.388, levando-se em conta o número de ministro em exercício, estando aí incluindo 2.378 Agravos Regimentais e 1.620 Embargos de Declaração. A esses, somem-se 1.146 recursos extraordinários interpostos e submetidos a exame de admissibilidade. Esta Presidência apreciou 33 recursos, todos denegados. O Ministro Vice-Presidente, por delegação de competência, apreciou os demais, dos quais 258 foram admitidos e 855 foram denegados ou prejudicados. Foram também apreciados por esta Presidência 80 pedidos de suspensão de segurança. Mencionem-se, ainda, 23.585 acórdãos publicados, bem como 4.395 despachos variados proferidos pelo Presidente ou Vice-Presidente, no âmbito da Secretaria Judiciária, em processos, petições, ofícios e telex. Cotejando-se os quantitativos de processos distribuídos e julgados desde a criação deste Tribunal até o exercício findo, verifica-se que, não obstante a excepcional capacidade de trabalho

demonstrada, o número de remanescente, aguardando julgamento, ainda é bastante significativo. São 18.528 feitos, sendo que 4.116 encontram-se no Ministro Público Federal à espera de pronunciamento. Registre-se, no entanto, que, desde 1993, os processos remanescentes vêm diminuindo sensivelmente, os quais continuarão a merecer a dedicação de Vossa Excelências. Passo a relatar, em seguida, dados relevantes das atividades administrativas do Superior Tribunal de Justiça.

3-ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Foi considerada prioritária a continuidade do plano de trabalho estabelecido em 1991, objetivando o desenvolvimento organizacional do Tribunal, com vistas à melhoria da prestação de serviços aos jurisdicionados. A administração continuou envidando esforços para melhor capacitar seus recursos humanos, racionalizar suas rotinas e informatizar todos os seus níveis. Nesse sentido, teve destacada importância a homologação das concorrências para a implantação do Projeto de Telemática, indispensável ao funcionamento da nova sede. Novos microcomputadores foram adquiridos, assim como "notebooks" para os Senhores Ministros, os quais possibilitarão, após a mudança para o novo prédio, a interligação das residências com a base de dados desta Corte. De forma a permitir a afetiva operacionalização da nova sede, foram aprovadas alterações na estrutura organizacional do Tribunal. O aumento da área física das edificações demandará acréscimo significativo da atividade de administração predial, compreendendo serviços de manutenção preventiva e corretiva dos prédios e de suas instalações. Ademais, a adoção de novas tecnologia de gestão e controle de edifícios, ao lado do uso da tecnologia de informação, regue a definição, o domínio e, mesmo, a incorporação de novos processos e estratégias de gerenciamento. Agrega-se a isso grande volume de contratos com terceiros, necessários à supervisão e conservação daqueles sistemas. No ano de 1994, as atividades do Tribunal estiveram a cargo de uma força de trabalho de 1.744 pessoas, isto é, 32 Ministros, 1.540 servidores do Quadro de Pessoal, 104 requisitados de diversos órgãos públicos, 41 ocupastes de cargo em comissão de investidura originária e 27 estagiários procedentes de Instituições de ensino superior. Visando atender satisfatoriamente à demanda de pessoal nas diversas unidades, foi realizado concurso público para as categorias de Técnico Judiciário - Áreas fim e meio - e Auxiliar Judiciário. O concurso foi operacionalizado pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos, da Universidade de Brasília. O novo sistema de Avaliação Funcional, que começou a ser preparado em 1993, foi implantado no exercício passado. O ano que se encerrou marcou a consolidação do PRO-SER - Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça. De acordo com decisão tomada por seu Conselho Deliberativo, os programas que o integram vêm sendo implantados gradativamente desde outubro de 1992, de sorte que, em 1994, no âmbito da assistência médica, houve a contratação da empresa VITA UTI-MÓVEL, cujo escopo é prestar pronto atendimento a pacientes em situação de emergência. Com essa ação, foram atingidos todos os objetivos iniciais no tocante à assistência médico-hospitalar. Quando à assistência adontológica, foi implantada a segunda etapa da especialidade de PRÓTESE, contemplando todos os procedimentos a ela inerentes.

Com 5.931 beneficiários cadastrados em 1993, o PRÓ-SER abrigava, até o final do ano passado, 6.576 usuários, dos quais 2.047 são titulares (entre servidores ativos, inativos e pensionista) e 4.529, dependentes.

Em 1994, o Orçamento Geral da União (Lei nº 8.933/94, de 09.11.94) consignou ao Tribunal a importância de R\$ 104.679.885,00 (Cento e quatro milhões, seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais). Posteriormente, o Decreto de 08.12.94 cancelou, na subjetividade Pessoal Efetivo, o valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), sendo realmente alocados a este Tribunal o montante de R\$ 97.679.885,00 (noventa e sete milhões, seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais). As despesas realizadas à conta de créditos orçamentários de 1994 corresponderam a 76,40% do orçamento, tendo sido revertido ao Tesouro Nacional um saldo de R\$ 23.053.719,39 (vinte e três milhões, cinqüenta e três mil, setecentos e dezenove reais e trinta e nove centavos). Apesar do esforço despedindo, a aprovação tardia do orçamento trouxe inevitáveis transtornos ao pleno desenvolvimento das atividades previstas por esta Administração.

No tocante às despesas extra-orçamentaria, houve resto a pagar inscrito em 1993 para o exercício seguinte, no montante de R\$161.857,65 (Cento e sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos). Foi afetivamente paga a importância de R\$ 107.660,35 (Cento e sete mil, seiscentos e sessenta reais e trinta e cinco centavos), e cancelados, R\$ 54.197,30 (Cinquenta e quatro mil, cento e noventa e sete reais e trinta centavos).

Com essas palavras, acredito ter levado ao conhecimento dos Senhores Ministros o resumo das mais importantes atividades administrativas desempenhadas durante o ano de 1994, tendo em vista as metas prioritárias traçadas por esta Presidência.

4-PLANEJAMENTO

Grandes são os desafios colocados para o ano que se inicia. Esta Administração continuará centrando suas atenções na melhoria do nível técnico de seus funcionários.

Dotadas de modernos equipamentos e da alta tecnologia existente nos setores de informática e eletrônica, as futuras instalações de trabalho certamente darão suporte a esse aperfeiçoamento, conferindo maior agilidade aos relevantes serviços prestados por este Tribunal aos jurisdicionados.

5 - ENCERRAMENTO

Senhores Ministros, Realço, neste momento, a atuação dos dirigentes, assessores e demais funcionários, que, com dedicação, enfrentaram as diversificadas tarefas próprias de cada setor. Sem dúvida, foram trabalhos de grande envergadura, que levaram todo o corpo funcional a refletir sobre a realidade da Instituição para que pudessem ser formuladas propostas mais adequadas à finalidade deste Tribunal. As dificuldades encontradas não significaram empecilho à consecução das metas. Serviram, no mais das vezes, para propiciar o aprimoramento dos métodos gerenciais e dos procedimentos de trabalho, bem como do potencial de cada servidor. Finalmente, no exercício da função de Presidente desta Corte, tenho contado com a inestimável colaboração de meus Pares, ao quais quero, nesta oportunidade, expressar os meus agradecimentos. Julgamentos Encerrou-se a sessão às 15:30 horas, tendo sido julgados 06 processos, ficando o julgamento demais feitos adiado para a próxima sessão.

Brasília, 01 de fevereiro de 1994

MINISTRO WILLIAM PATTERSON
Presidente da Sessão

ROSÂNGELA SILVA
Secretária